

JEAN MONNET SUPPLEMENT

Ano I • Número 02 – Abril de 2016

EDITORIAL

Esta segunda edição do Suplemento Jean Monnet traz notícias sobre o seminário de lançamento do Programa Brasil-União Europeia/Caeni que contou com a conferência “A retomada das negociações MERCOSUL-UE: andamento e perspectivas”, ministrada por Alberto Pfeifer, colaborador do IRI-USP. O evento contou com a presença do vice-reitor, Vahan Agopian, e outras autoridades da USP e de instituições ligadas à Europa.



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Trazemos também dois artigos inéditos dos pesquisadores Rafael Goldzweig e Marketa Jerabek, respectivamente sobre a questão das migrações e da crise dos refugiados e seus impactos na integração europeia, e sobre o Programa Erasmus, de intercâmbio acadêmico. Cobrimos também os seminários que aconteceram no IRI no mês de abril, quando recebemos dois visitantes: Professor Mervin Frost, do Departamento de War Studies do King's College London, e de Sven Biscop, do The Royal Institute for International Relations, da Bélgica.

Ainda neste mês, o Programa Brasil-UE/Caeni está lançando os cursos de negociações internacionais que trará palestras e aulas focadas em temas da União Europeia e o lançamento da chamada de trabalhos para o seminário internacional de jovens pesquisadores, intitulada “*The Future of the Brazil-EU Strategic Relationship: Common Challenges and Approaches*”, cujas informações podem ser acessadas na página do programa: www.caeni.com.br

Amâncio Jorge de Oliveira

Coordenador do Programa Brasil UE/Caeni-USP

Sumário

Editorial	1
A retomada das negociações Mercosul-EU: andamento e perspectivas	2
A crise migratória e a fragmentação regional	4
Iniciativas de cooperação internacional acadêmica	5
Conferência: Mervyn Frost	6
Conferência: Sven Biscop	7
Eventos no mês	9

Lançamento Programa Brasil-União Europeia/Caeni

29 de março 2016



A retomada das negociações MERCOSUL-UE: andamento e perspectivas

Caliel Calves da Costa

No dia 29 de março, foi realizado na sala da congregação do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP, o evento de lançamento do Programa Brasil-União Europeia/Jean Monnet com a palestra: “A retomada das negociações MERCOSUL-UE: andamento e perspectivas” ministrada por **Alberto Pfeifer**, coordenador adjunto do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACInt) e parceiro do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI/IRI).

Alberto Pfeifer, ministrando a conferência de lançamento do Projeto Caeni/Jean Monnet

A solenidade inaugural, conduzida por **Amâncio Jorge de Oliveira**, Coordenador Científico do CAENI/IRI e Vice Diretor do IRI, apresentou também a criação do Núcleo de Pesquisa sobre Europa Contemporânea, coordenado pelo **Prof. Dr. Kai Lehmann**. Participaram também do evento, os **Professores Vahan Agopyan**, Vice-Reitor da USP; **Moacyr Martucci Jr.**, coordenador geral do Instituto de Estudos Brasil Europa (IBE); **Pedro Dallari**, diretor do IRI; e **Nuno Rabelo de Sousa**, Presidente da Federação da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil.

Na conferência, Alberto Pfeifer contextualizou as negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia desde o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação em 1995, com o qual o diálogo realmente se iniciou. Depois de sua conclusão e ratificação em 1999, as negociações ganharam corpo e os dois blocos e suas instituições trabalharam os pontos de aproximação nos âmbitos políticos, senso e comercial principalmente. Os países sul americanos buscavam otimizar a sua eficiência comercial e facilitar investimentos por meio da cooperação econômica, enquanto o bloco europeu visava expandir internacionalmente sua influência.

No entanto, com propostas ofensivas e interesses difusos, começaram a se evidenciar as divergências entre Mercosul e União Europeia, sobretudo no que se refere à política fiscal de subsídios agrícolas europeia e sua instância comercial que afetaria sensivelmente os interesses do MERCOSUL.

Em 2004, as articulações são interrompidas pelos dois lados, porém com a ciência das representações de ambos os blocos que o contato poderia ser retomado em um momento mais propício no futuro. O que foi ressaltado pelo palestrante, neste momento, é a natureza inaugural de um acordo do gênero nas relações internacionais, entre duas entidades “supranacionais” que apresentam uma visão compartilhada de um mundo plural e anti-hegemônico.

Neste hiato, ocorreram algumas transformações de paradigmas no cenário internacional, como a ascese de importância da dinâmica comercial do pacífico e a consequente diminuição da relevância comercial relativa do MERCOSUL, além da maior liberalização em políticas agrícolas da União Europeia. Assim, alguns diálogos pontuais foram restabelecidos entre os blocos, com uma reaproximação maior no início da década de 2010, e depois outro afastamento em 2012, causado pelo período turbulento da política e economia argentina.

Por fim, Alberto Pfeifer evidenciou que as negociações MERCOSUL-EU são as mais longas em curso na contemporaneidade e, finalmente, poderão apresentar importantes avanços, pois, agora, as temáticas são mais abrangentes e transcendem a lógica comercial antiga de troca de produtos industrializados e *commodities*, e privilegia uma relação continuada e pautada diplomaticamente em temas de investimento mútuo.

A concretude da reaproximação dos blocos pode ser explicitada pela reunião entre o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, e comissária de comércio da União Europeia, Cecilia Malmström no dia 8 de abril passado em Bruxelas, na Bélgica, na qual os representantes dos blocos anunciaram que: “A troca de ofertas envolvendo o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia está marcada para a segunda semana de maio. Na ocasião, as equipes do Mercosul e da União Europeia vão trocar ofertas de acesso a mercado, especificando as formas para aumentar a abertura comercial mútua de bens e serviços, incluindo compras governamentais.” (Portal Brasil).

Considerando todos os tópicos abordados na palestra, a relevância do Programa Brasil-União Europeia/Jean Monnet torna-se clara. Com a retomada das negociações em tempos hodiernos e seu turbulento passado de desacordos, o tema clama por acompanhamento e análises mais aprofundadas. É isso que do Caeni, com apoio do Programa Jean Monnet propiciará para a comunidade acadêmica, através da excelência na pesquisa e investigação minuciosa no domínio da integração regional e estudos europeus.

*Caliel Calves da Costa é aluno de graduação
do Bacharelado em Relações Internacionais da USP
e pesquisador junior do Caeni-USP*

Bibliografia:

GONÇALVES, Vinícius Aquini. **As Relações Inter-regionais entre União Europeia e Mercosul: O Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação, A Associação Inter-regional e a Parceria Estratégica com o Brasil.** 2011. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Direito Internacional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Cap. 3. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35829. Acesso em: 26 abr. 2016.

Portal Brasil - Mercosul e União Europeia trocam ofertas para acordo de livre comércio em maio, Disponível em: www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/04/mercosul-e-uniao-europeia-trocam-ofertas-para-acordo-de-livre-comercio-em-maio

Introdução - Jean Monnet,

Disponível em: http://ec.europa.eu/education/opportunities/jean-monnet/index_pt.htm

A crise migratória e a fragmentação regional

Rafael Schmuziger Goldzweig

Considerado o maior fluxo migratório desde a II Guerra Mundial, a crise dos refugiados tem exacerbado as rachaduras de uma União Europeia cada vez mais descoordenada. No epicentro da crise, a Alemanha registrou mais de um milhão de pedidos de asilo até ao final do ano passado, e o número poderá crescer com a continuidade da crise humanitária na Síria. O direito de asilo tem tido uma alta prioridade para o governo da Chanceler alemã Angela Merkel, que tem constantemente expressado a vontade da Alemanha em cumprir a sua obrigação histórica e humanitária ao processar pedidos de asilo. Com ameaças de terrorismo rondando o continente somadas ao risco econômico de sobrecarregar o welfare state alemão frente ao aumento de refugiados no país, a gestão da crise tem diminuído o apoio eleitoral a Merkel, gerando críticas de sua coalizão liderado pelo seu partido (CDU) no Parlamento.

Uma crise estrutural?

A crise financeira de 2008 mostrou um dos maiores riscos à sustentabilidade do bloco. Uma união monetária descasada de políticas fiscais coordenadas levou alguns de seus membros à beira de um caos econômico do qual alguns apenas agora se recuperam. Sendo de responsabilidade exclusiva dos Estados membros (assim como no caso das políticas fiscais), o tratamento aos refugiados é de cunho nacional e, portanto, carece de uma coordenação supranacional vinculante.

Nos últimos meses, a carga desproporcional enfrentada por alguns países do bloco, particularmente aqueles mais próximos da origem do fluxo migratório - Grécia, Itália e Hungria – tem gerado tensões e discordâncias entre os membros. Com sucessivos fechamentos de fronteiras e políticas de recolocação de refugiados, os governos ferem preceitos básico de livre circulação entre os países da zona Schengen.

O acordo de Dublin estipula que os refugiados devem pedir asilo no primeiro país membro que chegarem. Apesar de claramente ineficaz, o acordo não obriga os membros da União de dividir o fardo entre si. Enquanto a Alemanha tem ganhado destaque ao processar o maior número de pedidos de asilo, o país o faz de forma voluntária. No coração da União, países como o Reino Unido tem sistematicamente rejeitado qualquer sistema de quotas que vise reforçar uma divisão de refugiados a nível regional.

Integração é necessária, mas não somente a nível regional.

A pressão dos refugiados na maior economia europeia pode desencadear outra crise econômica ainda mais complexa que aquela enfrentada alguns anos antes – dessa vez, porém, no coração da União. Na Alemanha, os beneficiários de asilo recebem uma autorização de residência temporária e possuem o mesmo acesso que os nacionais ao sistema de seguro social, com benefícios para a criação dos filhos, subsídios de integração e cursos de línguas, bem como outras formas de assistência. O acesso aos benefícios sociais, apesar de importantes, não garantem a completa integração social, cultural e ao mercado de trabalho necessários para que os refugiados se tornem de fato cidadãos e contribuintes. Merkel compreende que a integração não é apenas desejável, mas indispensável para que o país caminhe para um desenvolvimento sustentável no futuro. Porém, o desgaste político

gerado por esse entendimento torna incerta a atitude da Alemanha sobre o tema no futuro próximo – ou em uma eventual mudança de governo em 2017.

Risco ou oportunidade?

A crise dos refugiados pode ser vista como uma oportunidade para compensar a decrescente oferta de mão de obra na economia alemã ou um risco à estabilidade do sistema social do país. Porém, o aumento do fluxo migratório associada à falta de cooperação regional tem esgotado a capacidade do estado alemão de lidar sozinho. A menos que a Europa encontre caminhos de unir forças para tornar a crise uma oportunidade, a crescente pressão política poderá forçar o governo da chanceler alemã a reprimir a entrada de migrantes no país. Mais preocupante ainda, a crise migratória está alimentando a xenofobia e o populismo político, reforçando discursos xenófobos de partidos de extrema direita na Europa Oriental, Alemanha, Itália e na França.

A gestão da crise não passa pela boa vontade de nenhum membro em específico, mas sim de uma estratégia regional que combine esforços de maneira inteligente. Nesse contexto, a Europa enfrenta um desafio de regular a entrada de refugiados sem descumprir seu papel humanitário, ao mesmo tempo que deve garantir uma integração plena para evitar riscos crescentes tanto na área econômica quanto no crescente sentimento xenófobo no continente. Tal qual em 2008, mais uma vez o resiliente regionalismo europeu está sendo posto à prova.

***Rafael Schmuziger** é bacharel em Relações Internacionais pela USP e aluno de mestrado da Hertie School of Governance de Berlim. Foi pesquisador do Caeni-USP, com bolsa FAPESP, e analista da Prospectiva Consultoria.*

O apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui concordância com seu conteúdo, que é de responsabilidade exclusiva dos autores. A Comissão não é responsável por qualquer uso que possa ser feito da informação contida nesta publicação.

Iniciativas de cooperação internacional acadêmica

Marketa Jerabek

O *Erasmus Mundus* é um programa para o Ensino Superior fundado pela Comissão Europeia que oferece para estudantes e pesquisadores de qualquer parte do mundo, sem limite de idade, a possibilidade de participação em cursos das melhores universidades da Europa e no mundo. O programa é aberto para estudantes de vários níveis, inclusive de doutorado, professores, pesquisadores e funcionários universitários (acadêmicos e/ou administrativos) e tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino superior através do oferecimento de bolsas e cooperação acadêmica entre a União Europeia e o resto do mundo.

O programa oferece *joint programmes, partnerships e attractiveness projects*, com o objetivo de ampliar a interação entre pessoas de diferentes culturas, promovendo o diálogo e conhecimento cultural e contribui para o desenvolvimento de recursos humanos e

capacidade de cooperação internacional de instituições de ensino superior em países terceiros.

Já o projeto *BE Mundus, Brazil-Europe Erasmus Mundus* é dirigido especificamente para estudantes brasileiros e europeus. Os estudantes contemplados com uma vaga e bolsa poderão estudar nas melhores universidades na Europa e no Brasil. É necessário destacar que este programa é aberto apenas para estudantes da área de engenharia e tecnologia, educação e formação de professores (graduandos, doutorandos e pós-doutorandos e funcionários universitários). O projeto teve início no Instituto Brasil Europa – IBE que foi estabelecido em 2010 com apoio da Comissão Europeia. O instituto se compromete a fortalecer instituições de ensino superior no Brasil e aumentar a interação entre instituições brasileiras e europeias.

Através o *Erasmus Mundos* em geral e o *BE Mundos* estudantes de todos os níveis têm a possibilidade de estudar, pesquisar nas principais universidades europeias e não europeias, enriquecendo as experiências profissionais de alta qualidade com interações interculturais para desenvolver e fortalecer o intercâmbio cultural.

O *BE Mundos* tem como objetivo aumentar a qualidade e ao grau de internacionalização de estudos de graduação no Brasil, e tem buscado engajar os participantes na compreensão entre UE-Brasil, abrindo a possibilidade de maior reconhecimento das atividades acadêmicas e da titulação entre as duas regiões.

Marketa Jerabek é mestre em Relações Internacionais pela USP e doutoranda do Programa do IRI-USP.

Referências:

www.bemundus.eu/;

http://eacea.ec.europa.eu/erasmus_mundus/index_en.php

www.em-a.eu/

CONFERÊNCIAS

Mervyn Frost

Daniela Ferreira Gomes de Matos

O Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) promoveu, no dia 26 de abril de 2016, a palestra “Thinking ethically about refugees: a case for the transformation of global governance” com o professor Mervyn Frost, PhD pela Universidade de Stellenbosch, e chefe do departamento de War Studies do King’s College London, de 2007-2013, e presidente da International Ethics Section da ISA até 2008. Sua visita fez parte do projeto “Brasil-União Europeia”, coordenado pelo Caeni.

Inicialmente, Frost tratou do contexto de privatização de diversos setores após a Guerra Fria, antes administrados pelo governo britânico. Essas privatizações justificavam-se pelo menor custo e maior eficiência se comparados com resultados alcançados pela administração estatal. Além de englobar as áreas de saúde, educação, telecomunicações e outros, o âmbito da indústria militar e de segurança também passou por este processo, tendo um aumento na terceirização principalmente a partir de 1991.

Até o fim da década de 70, essas áreas tinham um caráter predominantemente público, criando uma relação de confiança entre os cidadãos e o governo. Com o crescimento dessas empresas privadas na área militar e de segurança dos Estados, os processos passaram a ser sigilosos e essas empresas responsáveis por tarefas como prisões políticas de guerra, interrogatórios, treinamento militar e transporte nos locais de conflito. Diante deste processo de privatização, passou a ser fundamental discutir as implicações éticas desse fenômeno. O Professor Frost mencionou a dificuldade de adquirir informações sobre essas empresas e suas atividades, mesmo para pesquisadores.

Uma das vantagens atribuída à contratação dessas empresas é que auxiliariam os governos a fugir da chamada *armadilha ética* (“*ethical trap*”). Ao fazer intervenção em algum país, com a justificativa de ajudá-lo contra algum grupo terrorista, levar democracia e recursos para a população, esse governo está ferindo o direito de soberania do mesmo, perdendo, assim, sua legitimidade diante da população local. Com isso, grupos terroristas ali presentes, que seriam combatidos pelo país interventor, ganham confiança dessa mesma população e se fortalecem, colocando o primeiro como ocupante de um espaço que não o pertence. Com a contratação de empresas privadas para cuidar do âmbito militar e de segurança, o custo político passa a ser inexistente, além de superar a armadilha ética. Operando em segredo, as empresas são vistas como prestadoras de serviço nas regiões onde estão, e não como interventoras, fazendo com que o governo consiga seus objetivos em sigilo, poupando-o de críticas.

Atualmente, os acordos possuem princípios, mas não uma regulação apropriada, porque esta é atribuída à própria empresa, ou seja, ela fiscaliza suas próprias atividades. Frost defende que deveria haver uma fiscalização externa, permitindo que os cidadãos, aqueles que as sustentam através dos impostos, saibam das atividades realizadas.

Outra dificuldade a ser superada é a distância de atuação das empresas, fazendo com que seja difícil que aquele que se sente atingido por elas, provavelmente um cidadão do país no qual estão sendo prestados os serviços, tenha acesso à qualquer meio institucional de reclamação. Por fim, o Professor Frost reforçou que devemos nos informar e lembrar das implicações éticas desse tipo de relação, além de fazer com que mais pessoas se conscientizem, principalmente os eleitores.

Daniela Ferreira Gomes de Matos é aluna de graduação do Bacharelado em Relações Internacionais da USP e pesquisadora junior do Caeni-USP

Sven Biscop: Egmont, The Royal Institute for International Relations

João de Souza Trigo

No dia 28 de abril o IRI-USP recebeu o professor Sven Biscop, do *Think Tank* belga EGMONT – The Royal Institute for International Relations, que ministrou a conferência “*Os desafios contemporâneos para a segurança internacional e o papel da União Europeia*”. Biscop veio ao Brasil com o objetivo de fortalecer os laços entre o EGMONT e instituições acadêmicas brasileiras, destacando possibilidades de ampliar a relação acadêmica entre Brasil e Bélgica.

A Europa deu início ao planejamento das políticas de segurança internacional, movida pela ameaça do terrorismo e pela crise de refugiados. A partir deste contexto, o partiu de uma pergunta: a União Europeia (UE) foi ingênua ou cínica ao tratar dessas questões? Biscop argumentou que as duas opções são válidas, ainda que acredite que a UE pendeu mais para

a ingenuidade, justificada pelo viés idealista das instituições. Os atores europeus são otimistas, em relação a um mundo mais justo e democrático.

O cinismo surge na contraposição entre um discurso progressista que dava ênfase à defesa dos direitos humanos, democracia e liberdade religiosa, e a prática onde a Europa evitava se comprometer com os impactos de atitudes externas de países mais radicais. O desafio da EU é atuar internacionalmente por uma política de “pragmatismo idealista”.

Uma saída apontada para facilitar a aceitação e a legitimidade dos valores ocidentais seria melhorar a representação dos países periféricos em organizações internacionais, pois esse seria um caminho que fortaleceria o diálogo global e permitiria avançar para resoluções democráticas. Para tanto, Biscop defende que as nações do Ocidente tenham propostas mais comuns, a fim de representarem um bloco mais coeso.

Outros problemas da UE são as relações conflitantes com a Rússia. É de total interesse europeu manter uma boa relação com os russos, mas a situação da Crimeia e na Guerra da Síria dificultam em muito que se estabeleça um relacionamento amistoso em um futuro próximo. Biscop afirmou que, no entanto, a Europa não deve retirar as sanções à economia russa e que também não teme tanto assim a aproximação entre Rússia e China.

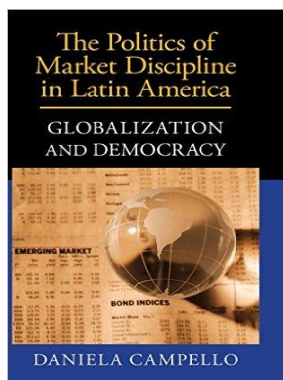
Para encerrar a palestra, o pesquisador reforçou a ideia de que os conceitos da democratização do Estado devem partir da sociedade e que a UE deve se comprometer e dar suporte, dando o exemplo de como devemos lidar com questões sensíveis como o comércio, a questão energética e ambiental, a questão migratória e os direitos humanos. Comentou, ainda, sobre a complexidade da UE, em que os Estados agem em função de políticas nacionais e continentais e fazem parte de um sistema intimamente conectado, mas que ainda apresenta muitas falhas de comunicação e cooperação.

Biscop criticou a falta de políticas mais interligadas e a necessidade de maior regulamentação em áreas carentes de regras e que possam comprometer alguns Estados. Dentre essas políticas, a área da segurança é uma das menos integradas na UE, e de mais difícil avanço no debate político europeu.

*João de Souza Trigo é aluno de graduação
do Bacharelado em Relações Internacionais da USP
e pesquisador junior do Caeni-USP*

EVENTOS

No dia **30 de março de 2016**, a Delegação da União Europeia no Brasil, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão, organizou o **seminário temático** para apresentação das prioridades da revisão da estratégia global para a política externa e de segurança União Europeia e discussão sobre os contextos regional e hemisférico e seu impacto nas relações entre a União Europeia e seus parceiros hemisféricos e sua projeção sobre temário multilateral de interesse comum.



No dia **5 de maio de 2016**, o Caeni recebeu Daniela Campello, da FGV-Rio, para lançar o livro **The Politics of Market Discipline in Latin America**, publicado pela Editora Cambridge. O livro analisa, a partir de uma abordagem multi-métodos, os desafios das políticas econômicas dos mercados emergentes, dando destaque para os países da América Latina. Neste contexto, o modelo econômico de países da Europa pode ser referência para refletir sobre as crises por que passam os países de uma forma geral, e o Brasil em particular.

Vozes Diplomáticas, UnB TV, Entrevistador: Prof. Argemiro Procópio, Instituto de Relações Internacionais da UnB. **Entrevista com o Embaixador João Gomes Cravinhos**, representante da União Europeia no Brasil, dividida em três blocos que pode ser acessada pelos links:

<https://www.youtube.com/watch?v=YZpLLuWKKt4&feature=em-uploademail>

<https://www.youtube.com/watch?v=nm0qAPV582Y>

<https://www.youtube.com/watch?v=A4VXG7K16nI>

EXPEDIENTE

Coordenador:	Amâncio Jorge de Oliveira
Editores-chefe:	Janina Onuki
Editores-executivos:	Kirstyn Inglis
Pesquisadores que colaboraram nesta edição:	Daniela Ferreira Gomes de Matos, Caliel Calves da Costa, Guilherme Gonçalves Mélo, Janina Onuki, João de Souza Trigo, Rafael Nunes Magalhães
Assistente executiva:	Vanessa Munhoz



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

